

# Segregação residencial e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília\*

Residential segregation and reproduction of social and spatial inequalities in the Brasília urban conglomerate

George Alex da Guia  
Lúcia Cony Faria Cidade

## Resumo

Com a proximidade das comemorações dos 50 anos de transferência da capital federal para o Planalto Central, o Aglomerado Urbano de Brasília vem ganhando importância no cenário econômico nacional, convivendo com um impasse entre crescimento demográfico, políticas territoriais desarticuladas e uma forte influência do Estado na estruturação socioespacial. O objetivo deste estudo é analisar os padrões de segregação residencial com foco no contexto socioeconômico e nos padrões de distribuição espacial dos grupos sociais. No quadro de uma economia terciária ampliada, observou-se a consolidação de um gradiente social, descendente do centro para os núcleos periféricos, destacando-se uma intensa relação entre posição social, acesso a bens e serviços e tipo de emprego.

**Palavras-chave:** aglomerado urbano de Brasília; segregação residencial; tipologia sócio-ocupacional; políticas territoriais.

## Abstract

*With the nearby celebration of the 50 years since the change of the federal capital to Central Highlands, the Brasília Urban Conglomerate is gaining ground in the national economic scene, having to face a stalemate between demographic growth, unarticulated territorial policies and the strong state influence on social and spatial structuring. The main goal of this study is to analyze the patterns of residential segregation focusing the social and economic framework and the spatial distribution patterns of social groups. In view of an enlarged service economy, the study observed the consolidation of a social gradient, descending from the center to the peripheral nuclei, with a strong relation between social position, access to goods and services, and job type.*

**Keywords:** *Brasília urban conglomerate; residential segregation; social and occupational typology; territorial policies.*

## Introdução

Com a proximidade das comemorações dos 50 anos de transferência da capital da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central, o Aglomerado Urbano de Brasília<sup>1</sup> (ver Mapa 1) consolida-se como um polo de organização e gestão territorial na escala nacional. O Distrito Federal e sua área de influência funcional abrangem 288 municípios, entre os quais quatro classificados como capitais regionais. O conjunto conta com mais de 9,68 milhões de habitantes, o que equivale a 2,5% da população brasileira e a 4,3% do PIB brasileiro. Esse peso a coloca entre as nove maiores aglomerações urbanas de caráter metropolitano do país, sendo também seu maior centro de gestão territorial federal (IBGE, 2008).

O papel do Distrito Federal, aqui nomeado também de Brasília, como centro de gestão territorial federal deve-se à presença do governo federal e do peso das ligações empresariais principalmente com os Estados do centro-sul do país. A economia de Brasília fortalece-se cada vez mais com o crescimento do setor empresarial, principalmente o terciário, muito impulsionado pelo peso da Administração Pública que passou de 48,3% em 2002 para 49% do emprego em 2006 (IBGE, 2007). Pesquisas do IBGE (2007) apontam que os servidores públicos detêm 65% da massa salarial, embora representem apenas 40% da população economicamente ativa empregada no Distrito Federal. A concentração da oferta de empregos, principalmente nos serviços e no setor público no Distrito Federal, descolase das características do mercado de trabalho predominantes nos demais municípios

participantes do Aglomerado, cujo dinamismo territorial é capitaneado pela capital federal. Se por um lado Brasília e sua área de influência apresenta-se como influente polo de decisão do país, por outro, caracteriza-se pela forte concentração de população e renda no núcleo da rede. Brasília concentra 72,7% de toda a população e 90,3% do PIB de toda a sua rede de influência.

De forma simplificada, pode-se afirmar que o Aglomerado Urbano de Brasília vive, desde a sua implantação no Planalto Central, um impasse entre o crescimento demográfico, o oligopólio de terras e a forte presença do Estado na estruturação socioespacial. Tal impasse aponta para uma dupla realidade: a) a de centro urbano consolidado, concentrador de renda e população e b) uma periferia regional formada por municípios de baixa dinâmica econômica, com elevadas taxas de migração e mobilidade pendular, indicadores do forte descasamento espacial entre local de moradia e trabalho. Nesse contexto, mudanças foram operadas ao longo do processo de formação dessa aglomeração metropolitana, tendo como resultado uma organização do espaço segmentada e o alto grau de dependência entre os municípios do Entorno e Brasília, reforçando as tendências de metropolização observadas em outras cidades do país.

Se por um lado as comemorações do cinquentenário de transferência da capital apontam para uma imagem de cidade ideal, com elevada qualidade de vida, por outro, as políticas de gestão do território de Brasília parecem contribuir para o agravamento da segregação residencial e da segmentação espacial. Tendências recentes sugerem aparentes mudanças em direção a um padrão cuja segmentação

reproduz, nas mais diversas escalas, a clássica relação centro-periferia.

É importante ressaltar as especificidades do processo de ocupação dessa porção do território brasileiro se comparada a outras grandes cidades e metrópoles nacionais. Brasília, aqui tomada como marco lógico do processo de interiorização brasileira, destaca-se não pelas especificidades relacionadas ao seu processo de criação e construção, mas pelas possibilidades de ordenamento territorial dadas pela quase inexistência de antecedentes relacionados à ocupação territorial urbana e pela propriedade pública de grande parte das terras destinadas à nova capital.

No contexto da urbanização brasileira, mesmo com as condições favoráveis a um processo diferenciado da tradição urbana e social do país, Brasília não fugiu à regra geral. A propriedade pública da terra e a forte presença estatal como "força motriz" da economia local passaram a ser utilizados como instrumentos de organização socioespacial seletivos e excludentes. O processo estendeu-se a toda a região que hoje conforma o Aglomerado Urbano. Dessa forma, este texto tem como objetivo analisar os padrões de segregação residencial no Aglomerado Urbano de Brasília à luz dos processos de mobilidade populacional e das políticas de gestão territorial colocadas em curso desde a sua formação.

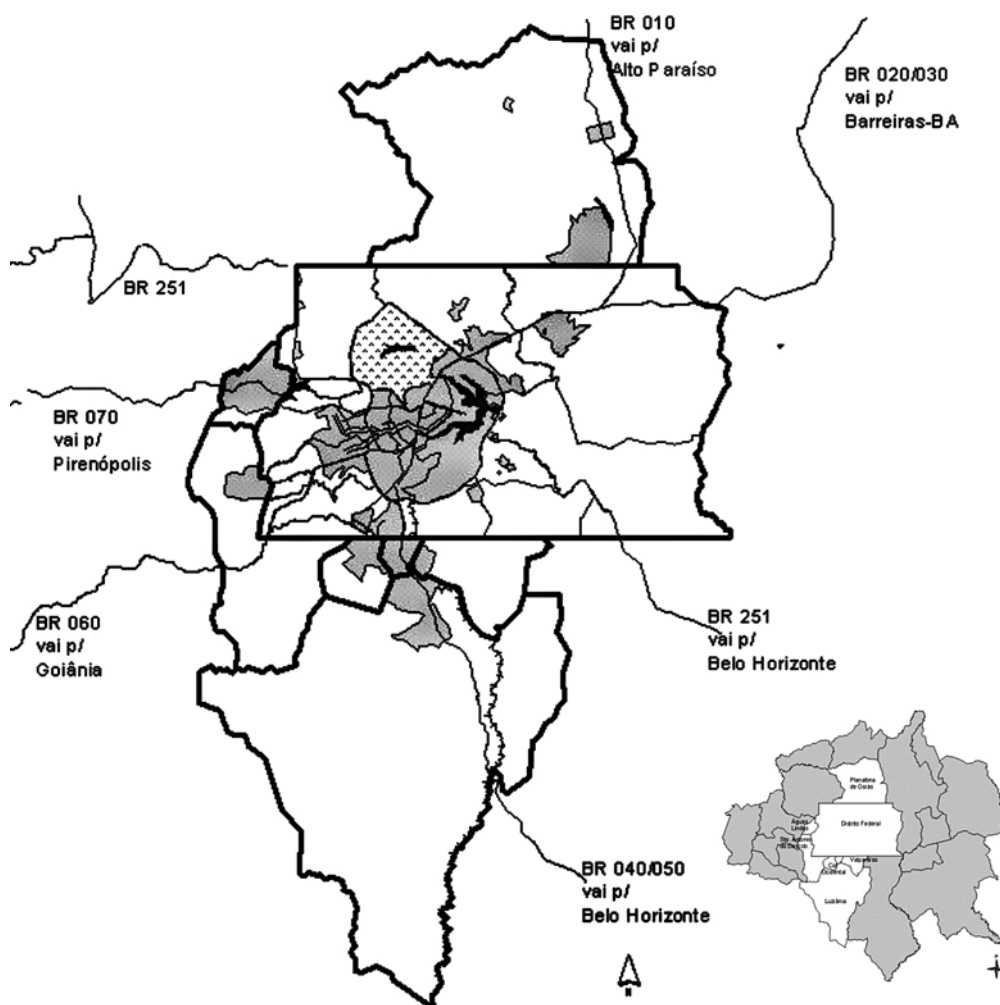
O estudo adota um quadro interpretativo que enfatiza o contexto socioeconômico e os resultados do processo de urbanização, postos sob a forma de relações entre padrões de distribuição espacial e de urbanização dos grupos sociais. De maneira específica, objetiva compreender em que medida fatores como a influência

da ação estatal na alocação de postos de trabalho e moradia foram determinantes para a conformação de um gradiente social de rendas descendentes do centro para a periferia e com elevados níveis de segregação socioespacial. O estudo procurou verificar em que medida o acesso a bens e serviços urbanos está diretamente vinculado a tendências de segregação residencial e segmentação territorial.

Para atingir esses objetivos, o estudo analisou a diferenciação social por meio de categorias sócio-ocupacionais para o ano 2000. A metodologia adotada foi a análise da estrutura social, por meio de uma tipologia socioespacial, construída com o auxílio de análise fatorial e de conglomerados, utilizando microdados e áreas de ponderação do Censo 2000 como unidades de análise.

Na próxima seção, apresentamos um breve histórico da formação e desenvolvimento do Aglomerado Urbano de Brasília destacando suas especificidades no contexto socioeconômico, as ações de gestão do território, as mudanças da estrutura produtiva, o mercado de trabalho e os impactos socioespaciais dos processos de mobilidade populacional. Na seção seguinte apresentam-se os resultados da análise fatorial e de conglomerados para a estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília. Em seguida, apresentamos os resultados da tipologia sócio-ocupacional à luz da segregação residencial e da segmentação territorial por meio de indicadores de acesso aos bens e serviços urbanos, tipo de emprego e de composição sociodemográfica. Por fim, faz-se um balanço dos resultados empíricos obtidos, à luz dos mecanismos de reprodução das desigualdades socioespaciais.

Mapa 1 – Aglomerado Urbano de Brasília



Fonte: IBGE (elaboração própria).

## Ações de gestão do território: expansão, estagnação e alterações do espaço construído

Em larga medida, o processo de ocupação da região Centro-Oeste é caracterizado pela dispersão da sua rede urbana, heterogeneidade das dinâmicas territoriais e fragmentação dos seus espaços intraurbanos. Esses processos têm raízes históricas. As primeiras formas de ocupação do território pós-descobrimto têm a expansão e a estagnação como palavras-chave para o entendimento da dispersão de sua rede urbana, fragilidade e forte relação de dependência funcional com a economia cafeeira da região Sudeste.

Podem-se identificar momentos de expansão da ocupação territorial e ampliação das redes de cidades e povoados funcionalmente dispostos para atender à lógica, primeiramente, de produção do sistema de mineração e, num segundo momento, da economia cafeeira. Nesse processo surgiram os povoados de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (1727), transformado, em 1732, em distrito de Meia Ponte e, em 1890, em Pirenópolis; Santa Luzia (1746), hoje Luziânia<sup>2</sup>; e Santo Antônio do Descoberto (1750). A ocupação do território intensificou-se no século XIX, com a expansão dos povoados já existentes e com a ampliação da rede urbana pela criação de novos núcleos urbanos, tais como Mestre d'Armas, posteriormente Planaltina (MMA, 2003).

A estagnação e o isolamento geográfico no período pré-década de 1930 estão diretamente vinculados à decadência das minas de ouro na região do leste goiano. A estrutura

produtiva consolidou-se em atividades do setor primário, com destaque para a pecuária extensiva, praticada em grandes áreas de pastagens naturais e lavoura de subsistência, prolongando-se até a primeira metade do século XX. O longo período caracterizado pela presença do governo federal restrita a ações militares de delimitação e proteção das fronteiras territoriais, deu lugar às políticas de ocupação territorial baseadas no discurso do primeiro período desenvolvimentista da "Marcha para o Oeste".<sup>3</sup> Contudo, a intervenção estatal de maior impacto social e econômico no leste goiano foi a transferência da capital federal coadunada com o projeto de integração nacional.

Diferentemente de Goiânia, Brasília surge no Planalto Central como um polo de desenvolvimento regional, de atração de fluxos populacionais, atuando como um "centro de gravidade" ao redor do qual orbitam realidades tipicamente agrárias. A transferência da capital federal para o Planalto Central gerou expectativas e diversas intervenções estatais que mudaram por completo o cenário socioeconômico da região. Para Silva (1997), no período de "preparação do terreno para a construção", a economia local passou a ser movimentada, nos municípios goianos de Corumbá de Goiás, Planaltina e Luziânia, pela intensa especulação das terras de qualidade agrária, decorrentes da proximidade física com o quadrilátero do Distrito Federal. Observou-se um rearranjo espacial em direção às rodovias de ligação com Brasília (BR-040 e BR-060), conformando uma nova estrutura territorial por meio da oferta de terras para uso urbano em distritos tipicamente rurais (ibid., p. 48).

No que se refere às ações de gestão do território, antes mesmo da construção da

capital federal, a incorporação de terras ao setor produtivo foi caracterizada pela emergência de dois agentes na organização espacial do Aglomerado Urbano de Brasília: o Estado e os loteadores descapitalizados.<sup>4</sup> Ambos têm como principal atributo a constituição de uma região marcada por um oligopólio de terras: de um lado, a propriedade pública de grande parte das terras de Brasília; de outro, fazendeiros latifundiários das terras do entorno do quadrilátero da capital federal.

O Estado brasileiro, por meio de práticas territoriais comandadas pelo governo federal, teve no planejamento técnico e racionalista o controle de todas as etapas de construção e implementação da nova capital: projeto, urbanização e ocupação seletiva do território de Brasília. Os latifundiários, por meio de práticas territoriais comandadas pelos fazendeiros e líderes políticos locais, tiveram o controle da intensa produção de loteamentos semiurbanizados. Isso ocorreu principalmente nos municípios de Luziânia e Planaltina de Goiás, onde a propriedade individual de latifúndios permitiu uma promoção imobiliária que passou a ser fragmentada e também ordenada pelas grandes vias de ligação à nova capital.

Dentre as ações de gestão do território do poder estatal, destacam-se as políticas habitacionais e o oligopólio estatal das terras de Brasília. No que se refere às políticas habitacionais, pode-se afirmar que estas estão diretamente vinculadas às ações de erradicação de favelas. A oferta de moradias no Plano Piloto de Brasília era seletiva e voltada para os funcionários públicos. Os trabalhadores e o *lumpen* derivado da construção da nova capital passaram a se localizar em grandes assentamentos habitacionais distantes da sede administrativa

do governo federal. As políticas habitacionais de Brasília entre 1970 e 1980, por meio da Sociedade Habitacional de Interesse Social-SHIS, promoveram a construção de mais de 60 mil moradias, consolidadas nas cidades de Ceilândia, Taguatinga, Gama e Guará 1 e 2 (SEDUH, 2004). O modelo polinucleado (Plano Piloto e cidades-satélites), presente desde a transferência de famílias para Taguatinga, em 1958, tomou forma definitiva ao longo das décadas de 1970 e 1980, com ampliação do estoque domiciliar em quase 151 mil domicílios. Em relação ao restante do Aglomerado Urbano, os financiamentos do BNH foram alocados principalmente nos distritos de Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental, no município de Luziânia, com vistas a atender, de forma emergencial, a crescente demanda por moradia. Uma das principais ações de gestão do território foi a criação da Companhia Imobiliária – Terracap, em 1972. Encarregada de fazer a gestão de 60% das terras de Brasília, a entidade consolidou o caráter oligopólico do mercado de terras dessa porção dinâmica do território brasileiro. Para Campos (1988), foi essa iniciativa institucional que acentuou a separação da propriedade fundiária do capital imobiliário. Para o autor, o mercado concorrencial criado era regido pela lógica do capital incorporador, mediado pelo rito das licitações de terras públicas, que deslocavam o poder de gestão do território para os interesses dos incorporadores imobiliários.

Se em Brasília a oferta de terras era regulada pelo Estado, nos municípios do entorno goiano o mercado concorrencial de terras era regido pelo interesse dos latifundiários e líderes políticos locais. Para se ter uma ideia da dinâmica do mercado de terras, em cidades como Luziânia e Planaltina de Goiás, a oferta era

Tabela 1 – Número de lotes por habitante – Entorno goiano – 1977

	Nº de loteamentos	Nº de lotes	População total	Lote/loteamento	Lotes/habitante
Luziânia	300	250.000	32.807	833,33	7,62
Planaltina	11	25.238	8.972	2.294,36	2,81
Total	311	275.238	41.779	885,01	6,59

Fonte: PEOT, 1977.

de 7,62 lotes/habitante e 2,81 lotes/habitante, respectivamente (ver Tabela 1). Tal índice demonstra a velocidade e a ação fragmentada e desarticulada de estruturação de grandes áreas residenciais, em sua maioria descapitalizadas e descoladas dos centros locais de postos de trabalho.

Ao longo da década de 1980, diversas ações de gestão do território entraram em curso sem, contudo, romper com as dinâmicas espaciais já determinadas desde a implantação da nova capital federal no Planalto Central.<sup>5</sup> O que se observou foi o aprofundamento e a consolidação da pobreza nas áreas desprovidas de dinâmica de mercado de trabalho.

A realidade de constituição do Aglomerado Urbano de Brasília está diretamente vinculada às formas de gestão dos intensos fluxos migratórios e aos crescentes volumes de deslocamentos populacionais intrametropolitanos, observados na contemporaneidade sobre o território. Fluxos migratórios e distribuição das atividades produtivas implicam processos diferenciados de segmentação espacial, objeto da próxima seção.

## Fluxos migratórios, periferização e segmentação espacial

A análise da formação do Aglomerado Urbano de Brasília à luz dos efeitos dos fluxos migratórios sobre o processo de segmentação espacial permite compreender em que medida as ações de gestão do território afetaram as atuais condições de distanciamento entre local de moradia e localização dos postos de trabalho.

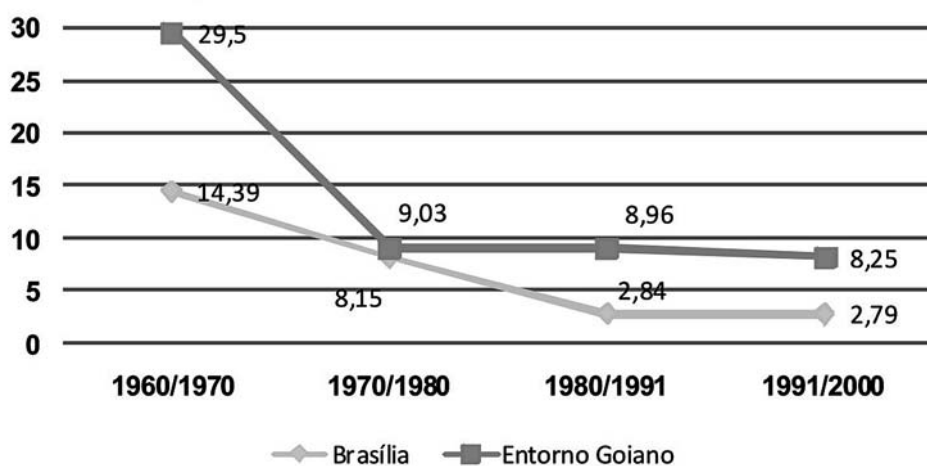
No que se refere aos deslocamentos populacionais, a constituição da nova estrutura econômica nacional pelo Plano de Metas de JK determinou, por meio das grandes inversões na infraestrutura de serviços, energia e transportes, intensos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos e industriais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, apresentando processos de metropolização e periferização da população geralmente migrante e pobre. O plano, através da implantação de novo padrão de acumulação, foi fundamental na transformação da ocupação e na mudança

do papel da região Centro-Oeste na economia nacional, contrapondo uma economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência a uma economia integrada à nacional. Isso foi facilitado pela abertura de novas fronteiras agrícolas, baseadas na agricultura comercial e na bovinocultura de caráter intensivo e tecnificado (IPEA, 2002, pp. 165-169). Dentre as ações, destacam-se a interiorização da economia com a construção de um polo de desenvolvimento regional em Brasília, que redirecionou boa parte dos fluxos migratórios até então existentes.

Para se ter uma ideia do volume dos deslocamentos populacionais, em 1956, o número de trabalhadores pioneiros na construção da

nova capital somava mais de 50 mil. No ano de 1960, quando da inauguração da capital, somavam 127.000 pessoas<sup>6</sup> (Paviani, 1985, p. 60). Nesse período, o Distrito Federal e os municípios do entorno goiano (com destaque para Luziânia) caracterizam-se como áreas receptoras de imigrantes, com intensidades e composições migratórias diferentes.<sup>7</sup> A década de 1970 constituiu um ponto de inflexão nessa trajetória demográfica. Se, por um lado, Brasília passou a crescer cada vez com menor intensidade, por outro, o que se observou foi uma expansão territorial e a formação do Aglomerado Urbano de Brasília, com a expansão demográfica dos municípios de Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antonio do Descoberto (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual demográfico  
Aglomerado Urbano de Brasília – 1960-2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

Notas: \* Os municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Brasília são desmembramentos dos existentes em 1970.



As tendências de periferização observadas no final de década de 1960 consolidaram-se entre 1970 e 1980. Nesse período, a taxa média anual de crescimento de Brasília foi de 8,15%, e dos municípios limítrofes foi de 9,03%. Pode-se afirmar que, nesse período, Brasília passou a contribuir de forma decisiva para as elevadas taxas de urbanização dos municípios goianos.

Ao longo da década de 1970, Brasília registrava uma emigração de 6.650 pessoas para o estado de Goiás, passando nas décadas seguintes para 15.634 pessoas ao ano, consolidando Luziânia, Planaltina e Santo Antonio do Descoberto como o principal espaço de concentração de emigração do Distrito Federal e receptáculo das demandas por moradia não atendida em Brasília. No período de 1980 a 1990, Brasília reforçou a tendência de transferência populacional para os municípios do entorno goiano, com destaque para o município de Santo Antonio do Descoberto, cuja taxa anual de crescimento alcançou 18,01%. Nesse sentido, pode-se afirmar que Brasília, diferentemente das demais regiões metropolitanas brasileiras, apesar de não ter como base de sua economia o setor secundário, exerceu forte atração populacional, desde a sua construção pelas atividades desenvolvidas na construção civil até o desenvolvimento do setor de serviços, especificamente aqueles vinculados à administração pública.

Como impactos resultantes da atratividade e expulsão populacional, estudos do IBGE (2003), apontam que no Aglomerado Urbano de Brasília 24,13% da população residente trabalha ou estuda em outro município, comportamento próximo às médias observadas nas regiões metropolitanas de

São Paulo e Rio de Janeiro (25,3% e 22,4% respectivamente).

O impacto da mobilidade populacional sobre o território de Brasília e municípios do entorno goiano foi traduzido em relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico; e, ainda, em alterações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho.

## Mercado de trabalho e alterações na hierarquia social no aglomerado urbano de Brasília no ano 2000

Após sucessivos quadros de expansão econômica, na década de 1980, a sociedade brasileira, principalmente os trabalhadores nas áreas metropolitanas, conviveu com o aprofundamento da pobreza, a precarização do trabalho e a consolidação de grandes bairros dormitórios. Contudo, no contexto de paralisia do investimento industrial que assolava boa parte do país, a região Centro-Oeste destacou-se pelo crescimento econômico a partir de ilhas de produtividade voltadas, em sua ampla maioria, para a oferta de produtos agropecuários para o comércio exterior (IPEA, 2002, pp. 35-36). Segundo Cidade (2003), embora a região Centro-Oeste tenha se tornado a nova fronteira agrícola do país, o modelo adotado privilegiou a modernização do setor agrícola e a integração competitiva, acentuando ainda mais o desemprego, a miséria e as migrações em direção às cidades grandes (ibid., p. 172). Nesse duplo contexto, de estagnação econômica nacional e

expansão da fronteira agrícola, o Aglomerado Urbano consolidou a histórica centralidade de Brasília como núcleo de gestão territorial. Nas suas primeiras décadas, Brasília era classificada, segundo estudos do IBGE, como capital regional, passando em 1996 a ser considerada como "cabeça de rede", culminando em recentes estudos como metrópole nacional de nível 1B, juntamente com o Rio de Janeiro, enquanto São Paulo é considerado 1A (IBGE, 2008).

Uma breve análise da PEA,<sup>8</sup> nas décadas de 1980, 1990 e 2000, demonstra que houve redução de pessoas ocupadas no setor primário no Aglomerado Urbano, confirmando as tendências de urbanização da economia observadas desde a sua formação. Comparando-se as três décadas, observa-se que no Aglomerado Urbano de Brasília, o setor terciário apresentou elevado aumento das pessoas ocupadas: passou de 46,94% em 1980 para 75,33% no ano 2000.

Em 2000, o Aglomerado Urbano de Brasília conforma uma PEA aproximada de 1,53 milhões de pessoas, com 278 mil pessoas desempregadas, correspondendo 22,5% da PEA. Em Brasília, a PEA corresponde a 875 mil pessoas sendo que desse total 29,5% estão ocupadas no setor público, 47,7% no setor de serviços, 3,7% na construção civil, 3,9% na indústria de transformação e 0,9% na atividade agropecuária e mineral.<sup>9</sup>

Outra característica do mercado de trabalho de Brasília é a elevada concentração espacial dos postos de trabalho. Segundo Miragaya (2000), 52% do pessoal ocupado residente em Brasília encontra emprego na região compreendida pelo Plano Piloto, Lagos Sul e Norte, os quais concentram apenas 14% do total da população de Brasília. Na região

compreendida pelas cidades de Taguatinga, Guará, Cruzeiro, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo, Sobradinho, Planaltina e Gama, têm-se 31% da oferta de empregos com 43% da população total.

O descasamento espacial do local de moradia e de trabalho é maior se olharmos para as franjas de Brasília. Para Miragaya (ibid.), nos municípios do entorno goiano, estima-se que a sua PEA no ano 2000 seja de 308 mil; desse total 29% compõe a taxa de desemprego. Para o autor, apesar de não se ter pesquisa PED para estes municípios, estima-se que 60% do total da PEA trabalha em Brasília. Tal descasamento casa-trabalho é condição fundamental para a compreensão das fortes pressões por infraestrutura de transportes atualmente observadas, ampliando cada vez mais a demanda por recursos públicos na área de transportes públicos. Se observadas à luz da tomada de decisão governamental de investimentos, o que se observa é um cenário concorrencial entre investimentos nas áreas de saneamento ambiental e qualificação dos espaços públicos com pressões por recursos para vias e tecnologias para transportes públicos.

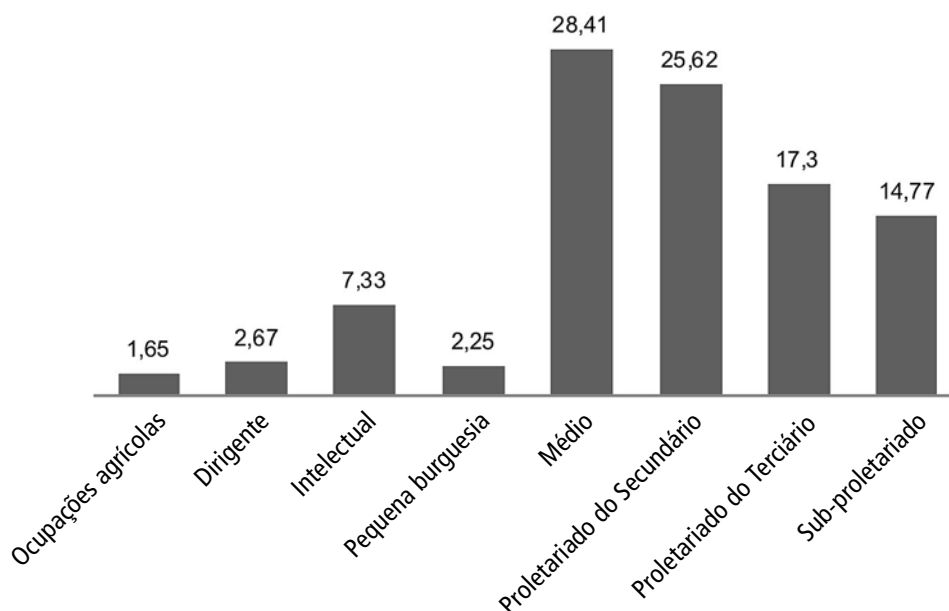
Examinando a hierarquia sócio-ocupacional do Aglomerado Urbano, verifica-se que a estrutura social do Aglomerado Urbano de Brasília nada mais é que a resultante de sua história política, econômica e social. No ano de 2000, observa-se que 28,5% da população ocupada pertence ao grupo de setores médios, que, se somados aos grupos do proletariado do secundário e do terciário, correspondem a 43% do total de trabalhadores. Isso significa que a estrutura social do Aglomerado Urbano apresenta-se polarizada

entre os setores médios, seja superior (no caso o grupo de setores médios propriamente ditos) ou inferior (no caso os grupos do proletariado secundário e terciário) e o conjunto de trabalhadores pertencentes aos extremos da hierarquia social (grupo dirigente, intelectual, de um lado e subproletariado agrícola de outro) (Gráfico 2).

Um dos conjuntos de trabalhadores que contribui para o aparente rompimento do sistema causal escolaridade-rendimento é formado pelas categorias do grupo dos setores médios. Com participação de quase 30% da população ocupada, o grupo dos setores médios é o que apresenta proporções acima da média

metropolitana em praticamente todos os índices socioeconômicos utilizados na análise. Quanto ao capital econômico, comparando-se os rendimentos do grupo de setores médios com renda acima de 20 s.m. (34,23%) com o grupo dirigente (36,35%), pode-se notar que a diferença é de apenas 2,12%. Quanto ao capital escolar da população com mais de 15 anos de estudo, comparando-se o grupo dos Setores Médios, que participa com 15,77%, e o grupo Intelectual, com participação de 69,13%, pode-se verificar que a clássica relação entre apropriação de capital escolar e econômico deve ser relativizada quando se trata do Aglomerado Urbano de Brasília.

Gráfico 2 – Distribuição da população ocupada, por grupo sócio-ocupacional Aglomerado Urbano de Brasília – 2000



Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2000 (elaboração própria).

No que se refere aos grupos populares, o conjunto formado pelo proletariado do secundário, do terciário e subproletariado, que somados correspondem a 58% do total da população ocupada, caracteriza-se, ao contrário dos setores médios, pelo reforço do sistema causal entre renda e escolaridade, dado que no cômputo geral esse conjunto concentra-se entre aqueles que apresentam a menor renda, os menores níveis de escolaridade e as piores condições de moradia.<sup>10</sup>

Conforme observado, os diversos grupos sociais se espalham pelo Aglomerado Urbano de Brasília segundo dois movimentos distintos, um que o aproxima das demais cidades brasileiras e outro que o diferencia e reforça a sua particularidade no cenário nacional. O primeiro movimento sugere que a distribuição espacial dos grupos sociais se dá por meio das oportunidades e capacidade dos indivíduos de apropriação dos recursos urbanos, sociais e econômicos, o que determinaria a sua localização residencial em determinadas porções do território do Aglomerado Urbano. O outro movimento pondera o modelo de "livre competição" acima e aponta que o Estado, com suas políticas de gestão do território foi determinante para: 1) a constituição de uma sociedade segmentada espacialmente e hierarquizada de acordo com o capital econômico, escolar e com o setor de emprego e; 2) a consolidação da centralidade econômica e populacional do Distrito Federal distribuída em uma estrutura urbana polinucleada, com claras distinções espaciais do local de residência, que, criteriosamente representadas, apontam o grau de segregação social ali existente.

Para uma melhor compreensão da segregação residencial e dos estágios de

segmentação espacial, a seguir verificaremos o rebatimento espacial da estrutura social no espaço intrametropolitano do Aglomerado Urbano de Brasília.

## A estrutura socioespacial do Aglomerado Urbano de Brasília nos anos 90

Diversos trabalhos (Ribeiro, 2004; Ribeiro e Lago, 2000; Préteceille, 2003) evidenciam que o território das metrópoles brasileiras se organiza segundo oposições e distâncias sociais no espaço. Classes detentoras de capital econômico e social dominam trechos privilegiados das cidades, onde se concentra a oferta de serviços e equipamentos urbanos, oposta às áreas mais periféricas com trabalhadores manuais, detentores, muitas vezes, apenas da força de trabalho. Tal constatação leva à ideia de um espaço dual, com um mercado de trabalho refém de mudanças tecnológicas e níveis diferenciados de acesso ao mercado de trabalho. Com isso, a compreensão da segregação residencial está diretamente vinculada ao conteúdo social dos espaços.

A diferença das possibilidades de acesso a bens e serviços, segundo os grupos sociais, dá origem a uma ocupação urbana também balizada pelas mesmas distinções. A diferenciação social se reflete na hierarquização do espaço ocupado na cidade, onde a segregação socioespacial pode ser evidenciada pelas relações entre a posição na hierarquia social e a desigual apropriação dos recursos urbanos existentes.

A tipologia socioespacial para o ano 2000, mostra um espaço geograficamente

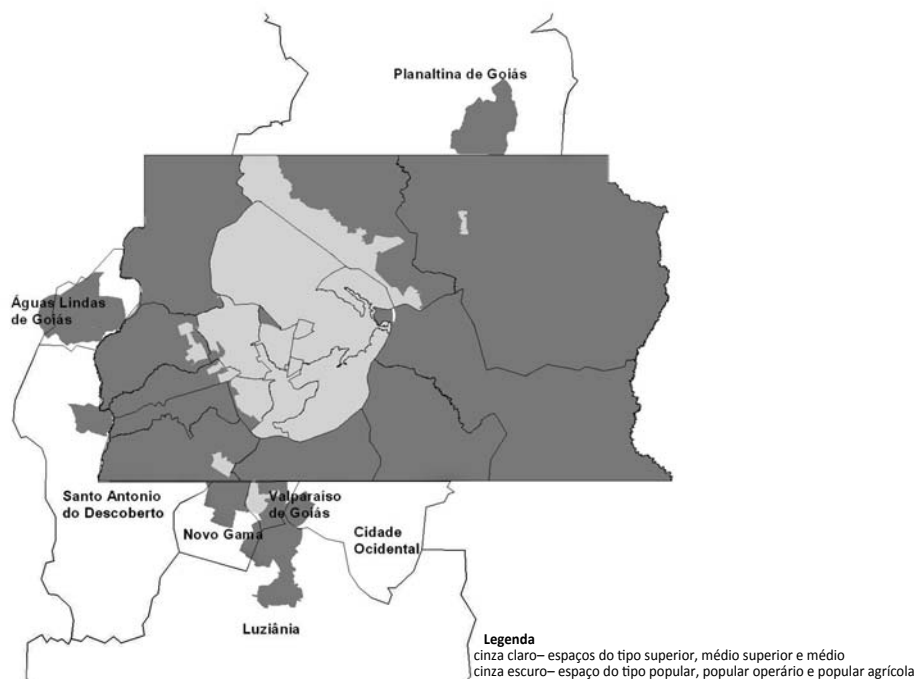
segregado, onde a hierarquia social, em nível macro, descende do centro de empregos e serviços do Aglomerado – A Região Administrativa de Brasília – para a periferia.<sup>11</sup>

Conforme indica o Mapa 2, os espaços do tipo superior correspondem a apenas 3,14% (4 AED's) do total de unidades espaciais, onde se concentram 8,28% da população ocupada do Aglomerado Urbano. Em termos de distribuição espacial, esse tipo concentra-se no interior da Bacia do Paranoá, cujos limites representam maior proximidade ao centro econômico do Aglomerado Urbano. Os espaços do tipo médio superior correspondem a 19% (24 AED's) do total de unidades espaciais, concentrando cerca de 18,85% da

população ocupada, distribuídas principalmente ao redor da porção nordeste e sudeste da Bacia do Paranoá e em trechos das áreas centrais das cidades satélites, como é o caso de Gama, Taguatinga e Sobradinho.

A presença de espaços do tipo médio-superior na área central da cidade satélite de Gama é explicada pela forte representação dos dirigentes do setor privado, de professores de nível superior e ocupações de escritório, com densidade próxima ao dos espaços superiores. As categorias de ocupações médias de Saúde e Educação e as de Segurança Pública, Justiça e Correio são as que apresentam as maiores representações do Aglomerado Urbano, cerca de 3 vezes maior que a média metropolitana.

Mapa 2 – Tipologia socioespacial do Aglomerado Urbano de Brasília



Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2000 (elaboração própria).

A análise dos tipos socioespaciais que compõem o Aglomerado Urbano de Brasília, indica que os grupos dirigentes e intelectuais foram identificados como os que estão mais concentrados no espaço do tipo superior (40,96% e 31,82%, respectivamente), com destaque para os dirigentes do setor público (48,32%) e os profissionais estatutários de nível superior (37,94%). A concentração das elites dirigentes não é fruto de recentes processos de "autossegregação", conforme observado em estudos realizados em outras regiões metropolitanas.<sup>12</sup>

Na análise dos dados sobre a distribuição nos tipos socioespaciais das classes populares, observa-se que os espaços do tipo popular concentram cerca de 70% da população ocupada nos grupos do proletariado do secundário, do terciário e o subproletariado. Nos espaços do tipo popular e operário, o percentual sobe para 78%, o que representa, de certa forma, um constrangimento espacial dado pela posição social e, por consequência, pelo nível de renda, dado que a maioria dos empregos concentra-se nos espaços do tipo superior, o que obriga aos grupos populares elevados custos de deslocamento casa-trabalho.

A composição interna dos espaços do tipo médio é a que apresenta maior heterogeneidade social. Nesse tipo de espaço, além das categorias dos setores médios, destacam-se o proletariado do secundário, do terciário e o subproletariado, o que permite afirmar que é o tipo que mais se aproxima da média metropolitana, por mais que as categorias dirigentes estejam sub-representadas.

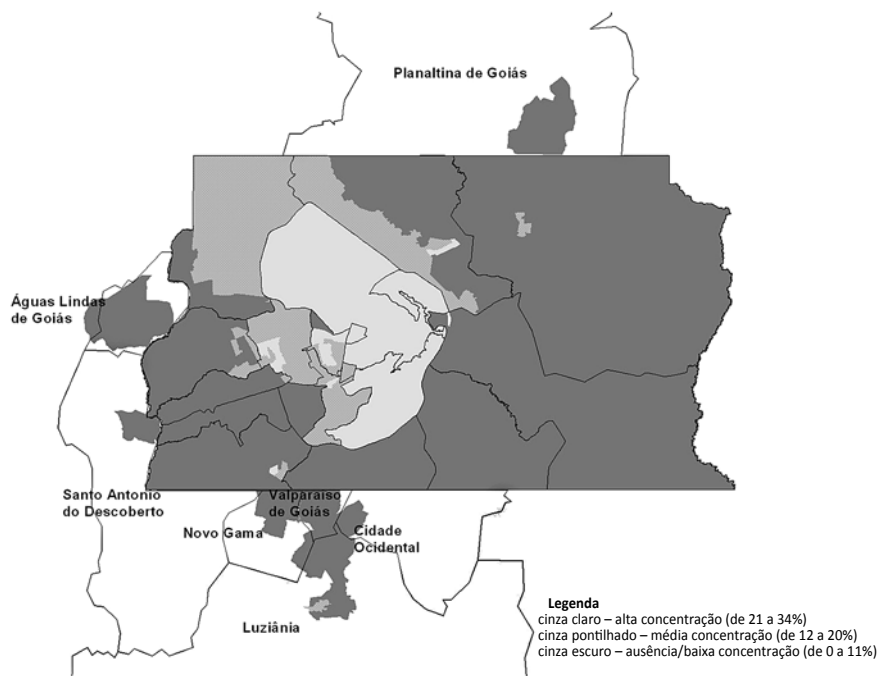
As análises realizadas estabeleceram um quadro sobre a reprodução das desigualdades socioespaciais articuladas à tradução,

no campo da estrutura social, da distribuição espacial dessas desigualdades, por meio de uma tipologia social do espaço. De forma específica, as análises chamam a atenção para o fato de que há fortes relações entre a hierarquia social, a concentração de empregos e a posição social. Quanto à hierarquia social, o que se observou foi um gradiente descendente a partir do centro principal, onde se localizam os espaços superiores, para as áreas mais periféricas e para os espaços populares.

Uma particularidade do Aglomerado Urbano, dada pela expressão do setor público na economia local, é a concentração nos espaços do tipo superior e médio-superior de servidores públicos estatutários, com forte representação dos dirigentes do setor público e dos profissionais estatutários de nível superior. A correlação positiva entre o setor de emprego e localização residencial enfatiza os aspectos relativos ao processo de organização do espaço metropolitano de Brasília como um conjunto urbano marcado pela concentração de servidores públicos estatutários nas unidades espaciais próximas ao centro econômico e a dispersão dos demais trabalhadores, em todo o território do Aglomerado<sup>13</sup> (ver Mapa 3).

Segundo Moraes e Cruz (2003), ao contrário do que acontece em setores de comércio, serviços e de construção, ser um empregado no setor público reduz a chance de se tornar morador de áreas de urbanização precária e de favelas. Para os autores, uma hipótese para esse tipo de segmentação socioespacial deve-se ao fato de o governo brasileiro (federal, distrital e municipal), além de pagar maiores salários que a média para os trabalhadores de baixos níveis de escolaridade e de oferecer mais estabilidade

Mapa 3 – Percentual de pessoas ocupadas no setor público\*  
Aglomerado Urbano de Brasília, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaboração própria).

\* Entenda-se por pessoas ocupadas no setor público aquelas sob o RJFP ou militar (federal ou distrital).

e previdência social melhor que qualquer outro setor de emprego, garante renda permanente maior (ibid., pp. 6-10).

No caso do Distrito Federal, o governo local, além de pagar maiores salários que os demais setores de emprego, costumava prover apartamentos funcionais aos servidores públicos, quando da implementação e consolidação da capital federal. Atualmente, tem oferecido habitações para os "altos escalões", o que faz com que esta população ocupada tenha, além de elevados salários, uma espécie de subsídio não pecuniário, reduzindo drasticamente a sua

incidência em espaços do tipo médio, popular e popular operário.<sup>14</sup> A questão que se levanta é: em que medida a estrutura social é influenciada pelo setor de emprego dos grupos sociais?

Examinando as diferenças de renda pela *proxy* de servidores públicos verifica-se que estes equivalem, em média, a 3 vezes a mais que os não servidores públicos. Em Brasília, a diferença é de 2,25 vezes, e no entorno goiano é de 2,65 vezes superior do que no Aglomerado (ver Tabela 3). Com isso, verifica-se que há uma relação direta entre áreas de maior concentração de grupos dirigentes e dos setores

Tabela 3 – Rendimento bruto médio segundo o setor de emprego  
Aglomerado Urbano de Brasília

Municípios e Brasília	Rendimento bruto médio (em R\$) segundo o setor de emprego		
	Público	Não Público	Proporção
Total Aglomerado Urbano (Brasília+Entorno Goiano)	1.473.755	528.275	2,65
Brasília	2.187.440	781	3,05
Entorno Goiano	760.070	338.430	2,25
Águas Lindas de Goiás	659.550	348.210	1,89
Cidade Ocidental	972.890	457.470	2,13
Luziânia	755.520	346.830	2,18
Novo Gama	880.530	383.770	2,29
Planaltina	552.510	323.990	1,71
Santo Antonio do Descoberto	637.610	316.980	2,01
Valparaíso de Goiás	1.225.040	466.980	2,62

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2000 (elaboração própria).

médios, com a predominância de moradores empregados pelo setor público. Nas áreas mais pobres, a renda do setor público tende a “orbitar” em torno da média metropolitana e a ser em média 3 vezes superior do que em outras localidades, o que sugere que, nas áreas periféricas, há uma distinção fundamental entre os moradores que são servidores públicos e os que não são.

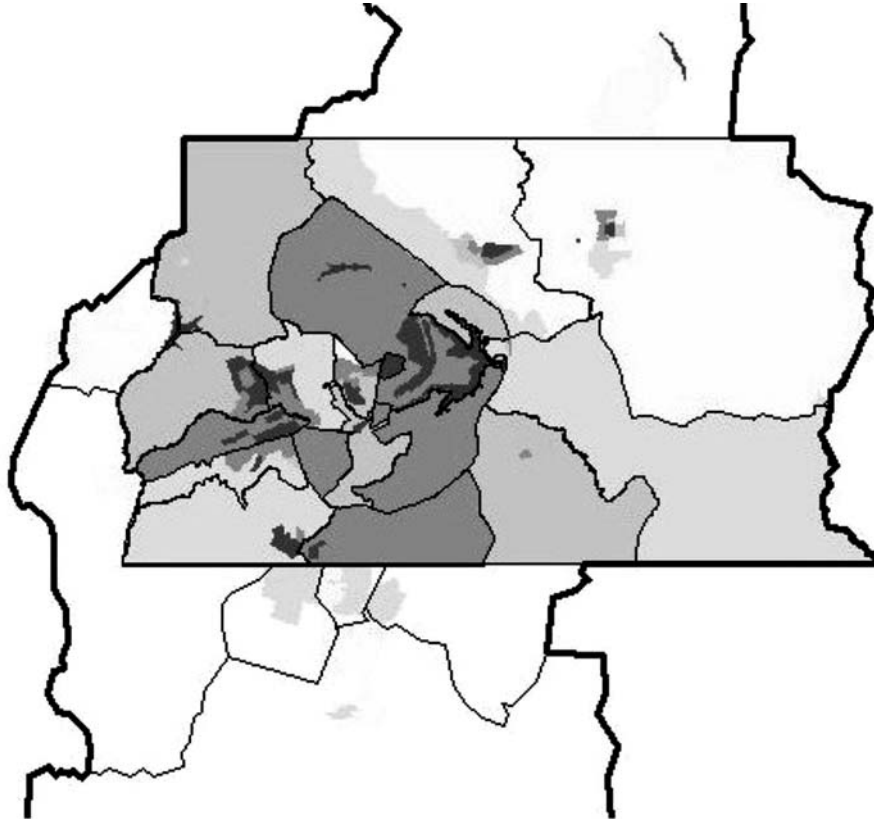
A relativa complexidade da estrutura socioespacial é marcada pelos variados graus de correspondência com o acesso aos recursos urbanos. No que se refere às condições de saneamento, os resultados apresentaram dois cenários distintos: 1) relativo a Brasília e 2) relativo aos demais municípios do Aglomerado

Urbano. Observa-se que as condições de saneamento no DF reproduzem o histórico processo de urbanização promovida pelo governo federal.

Em 2000, a maioria dos domicílios do Distrito Federal apresentava saneamento adequado, distribuindo-se em quase todas as unidades espaciais. Nesse sentido, morar no espaço do tipo popular operário como Samambaia ou Santa Maria, área periférica em Brasília, possibilitava acesso ao saneamento adequado, embora a distância casa-trabalho fosse maior que as unidades espaciais do tipo popular, localizadas próximas às áreas centrais. A expansão da oferta de serviços básicos de saneamento e coleta de lixo ocorreu nas áreas incorporadas,



Mapa 4 – Domicílios com saneamento adequado (%)  
Aglomerado Urbano de Brasília



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaboração própria).

primeiramente pelo Estado, e de forma secundária pelo capital imobiliário. Espaços do tipo popular, promovidos por loteadores descapitalizados, como a Vila Estrutural, Vila Varjão, Itapuã, Mestre D'Armas, Arapoangas, ao contrário, por serem ocupações recentes e irregulares apresentam os menores índices de saneamento adequado, equivalentes aos observados nos loteamentos clandestinos do entorno goiano.

O segundo cenário demonstra uma situação perversa de correspondência entre a estrutura sócio-ocupacional e a apropriação dos

recursos urbanos. Nos municípios do entorno goiano há uma correlação direta entre espaços do tipo popular, popular agrícola ou operário, promovidos pelos loteadores descapitalizados e baixos índices de domicílios com saneamento adequado.

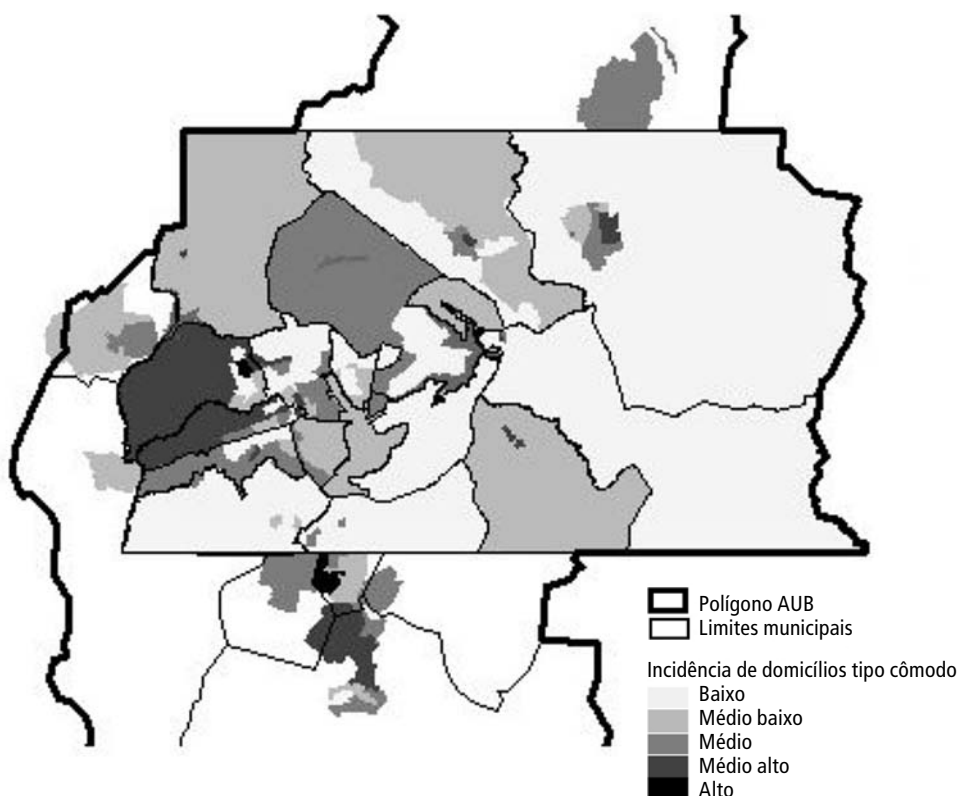
A segmentação espacial observada anteriormente, que separava assentamentos promovidos pelo Estado daqueles promovidos pelos loteadores descapitalizados, quando analisada à luz da tipologia habitacional, não permanece. Há elevados graus de correspon-

dência entre o tipo de domicílio e a estrutura sócio-ocupacional em todo o Aglomerado Urbano. A maior concentração de domicílios como cômodo, que representa uma perversa alternativa, na forma de aluguel ou coabitação de famílias em um mesmo domicílio, está diretamente relacionada com o espaço do tipo popular e popular operário (ver Mapa 5). No caso das cidades do Distrito Federal, a incidência dos domicílios do tipo cômodo é maior nas cidades de Ceilândia, Planaltina e Guará. Nos municípios goianos de Águas Lindas de Goiás, nos loteamentos em Luziânia e na expansão

de Valparaíso de Goiás, o quadro indica que a proximidade ao Distrito Federal e às rodovias de acesso podem ser um dos indicadores da ocorrência desse tipo de domicílio.

Em síntese, a organização socioespacial do Aglomerado Urbano sugere que a maior proximidade geográfica ao centro de empregos corresponde a maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida urbana. O Aglomerado Urbano apresenta diferenças que refletem o histórico da ocupação e das ações de gestão do território, cuja diferenciação leva ao importante papel do Estado no

Mapa 5 – Distribuição espacial dos domicílios segundo o tipo Aglomerado Urbano de Brasília



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (elaboração própria).

aprofundamento das desigualdades de acesso aos recursos urbanos,<sup>15</sup> independentemente do tipo socioespacial.

## Conclusão

A atual cartografia social do Aglomerado Urbano não representa apenas os resultados da transferência dos “problemas urbanos” do Distrito Federal para o entorno goiano e sim a incorporação definitiva do território do entorno goiano à dinâmica metropolitana capitaneada por Brasília. Nesse sentido, pode-se afirmar que não há ruptura na organização socioespacial da região, mas, ao contrário, consolidam-se tendências expressas desde a gênese da formação metropolitana. Destacam-se o processo de periferização na direção sudoeste e nordeste, dos segmentos populares, a concentração das elites dirigentes nas áreas residenciais do Plano Piloto e adjacências e a formação de um anel pericentral, que mescla segmentos superiores dos setores médios com parte das categorias de intelectuais, dirigentes do setor privado e a pequena burguesia.

No nível dos agentes econômicos, o que se observou foi um processo de concentração econômica no Distrito Federal. A dinâmica do quadro ocupacional foi marcada pelo avanço do setor terciário na economia do Distrito Federal e entorno goiano. A segmentação territorial e a segregação residencial resultante foram caracterizadas, por um aspecto, pela polarização entre local de trabalho e de moradia. Por outro, pela diferenciação socioespacial capitaneada pelas ações estatais e dos loteadores descapitalizados: 1) periferização promovida

pelo governo federal (cidades-satélites) com um mínimo de ordenamento territorial e com acesso a recursos urbanos e, 2) por loteamentos populares que se caracterizavam pela propriedade fundiária e ausência de recursos urbanos mínimos. As mudanças na organização socioespacial resultantes das ações de gestão do território e dos agentes econômicos no Aglomerado Urbano de Brasília na última década sugerem que a estrutura social, aparentemente, rompe com o sistema causal de renda e escolaridade, dado que o grupo dos setores médios corresponde a cerca de 30% da população ocupada e se apropria de 34,23% dos rendimentos acima de 20 salários mínimos. Uma das explicações obtidas pelas análises para o aparente rompimento do sistema causal deve-se à forte presença do poder estatal no quadro ocupacional da população do Aglomerado Urbano. Ser um empregado no setor público eleva a chance de apresentar maiores salários, que chegam a ser três vezes maiores que os demais trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade e da posição na ocupação. A forte presença de setores médios em todas as unidades espaciais sugere uma relativização da segregação. A segregação social no Aglomerado Urbano de Brasília é fortemente influenciada pelo setor de emprego da população ocupada, particularmente o caráter público ou privado, o que indica que a hierarquização social, no caso do Aglomerado Urbano, por si só não foi suficiente para demonstrar em que medida a estrutura social representa a segregação socioespacial.

Por fim, embora a oferta de alguns equipamentos públicos se distribua de forma relativamente equitativa, o que se observou no Aglomerado Urbano foi o aprofundamento de

tendências dadas desde a sua formação. Sobressai o contínuo processo de periferização dos pobres, em direção ao entorno, e o fortalecimento da autosegregação de parte dos setores médios, intelectuais e dirigentes nas áreas centrais do Distrito Federal e em suas proximidades.

A sugestão de políticas públicas para reverter o quadro de segregação residencial e as desigualdades socioespaciais é a de focar ações para fortalecer novos polos de dinamismo econômico, principalmente voltados para a ampliação do setor secundário e terciário da economia, próximos às áreas eminentemente residenciais e sem concentração de empregos. Outro ponto é a articulação entre plano de transporte público e as políticas habitacionais. Quanto à política habitacional, deve-se fomentar ação entre a oferta do mercado imobiliário a ação estatal e o quadro de demanda habitacional existente no Aglomerado Urbano, considerando-se os ciclos de vida e a renda familiar. Uma possível estratégia é a produção de moradias para aluguel social ou programas de subsídios para locação por parte do Estado para a população jovem, como acontece com países como Portugal (Programa Porta 65 – Jovem), em locais com concentração de empregos e maior diversidade na oferta tipológica de imóveis para jovens solteiros ou casais, diminuindo com isso o descasamento casa-trabalho e a elevada mobilidade pendular de longa distância atualmente observada no Aglomerado Urbano, principalmente nos espaços do tipo médio e popular. Para os

espaços do tipo popular agrícola, recomenda-se o controle da ocupação urbana e investimentos na área de saneamento ambiental. Uma mudança estrutural seria a revisão das densidades demográficas no Plano Piloto de Brasília, que mesmo tombado como patrimônio histórico e artístico nacional e da humanidade ainda apresenta grandes vazios urbanos, cujo uso poderia ser voltado para a habitação. Como medida de reforçar a proposta anterior, que tem como foco diminuir o descasamento entre local de trabalho e moradia, a política habitacional de Brasília deveria rever e considerar a proposta de Lucio Costa, feita em 1985, no que se refere à consolidação de cidades lineares ao longo das principais vias próximas ao Plano Piloto de Brasília.

Com vistas a ampliar o acesso aos serviços urbanos básicos, poder-se-ia estruturar um mecanismo legal de consórcio público para fortalecimento institucional dos municípios do entorno goiano e ações compartilhadas de inversão em infraestrutura urbana entre o governo federal, do estado de Goiás e de Brasília.

Por fim, pode-se afirmar que Brasília nasceu duplamente sob o signo da vanguarda. Primeiramente, por ser símbolo do urbanismo racionalista, moderno e componente de um projeto de integração nacional. Em segundo lugar por nascer metrópole, "antecipando" estruturas socioespaciais marcadas pela dispersão populacional em áreas urbanas hierarquicamente organizadas em sua escala de organização socioeconômica.

**George Alex da Guia**

Arquiteto e Urbanista. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

georgedaguia@iphan.gov.br

**Lúcia Cony Faria Cidade**

Arquiteta. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

cony@unb.br

## Notas

- (\*) Este trabalho tem como base a dissertação de mestrado defendida em março de 2006 intitulada *Políticas Territoriais, segregação e reprodução das desigualdades socioespaciais no Aglomerado Urbano de Brasília*.
- (1) Para este texto, a unidade territorial adotada tem como base os estudos realizados pelo IPEA (2002), de onde foram excluídos três municípios: Formosa, Alexânia e Padre Bernardo, em virtude das baixas taxas de crescimento, nível de centralidade fraco e perfil econômico baseado na agropecuária. Nesse sentido e para fins deste estudo, o Aglomerado Urbano de Brasília é composto por sete municípios goianos (Luziânia, Valparaíso de Goiás, Santo Antonio do Descoberto, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás e Planaltina) mais o Distrito Federal.
- (2) Neste período, finais do século XVIII, a vila de Santa Luzia era apenas um povoado em expansão devido às minas auríferas. Com o passar do tempo, a vila passou à categoria de cidade, denominada Luziânia, concentrando a sede do poder eclesiástico e político local. Desempenhou, por este motivo, papel de centro político da Microrregião do Leste goiano, disputando com Pirenópolis a primazia local (Da Guia, 2003).
- (3) A principal ação do programa Marcha para o Oeste no estado de Goiás foi a transferência e construção da capital, de Goiás Velho para Goiânia. A construção da cidade planejada de Goiânia reforçou o processo de interiorização da economia brasileira e gerou um surto de desenvolvimento local, com fluxos migratórios de diversas regiões do país e constituição de um centro socioeconômico no eixo Goiânia-Anápolis (Silva, 1997, p. 40).
- (4) A figura do loteador descapitalizado foi utilizada por diversos estudos sobre a estruturação interna das cidades do Rio de Janeiro (Lago, 2000) e Belo Horizonte (Mendonça, 2002). A utilização para o caso do Aglomerado Urbano de Brasília deve-se, em parte, à ação dos fazendeiros na apropriação da renda gerada pela proximidade com o canteiro de obras da nova capital. Ribeiro (1994) aponta que, no caso do Rio de Janeiro, o "loteador descapitalizado realiza a operação sem investir previamente uma grande soma de recursos, o mínimo para iniciar o negócio. Este agente era o próprio proprietário da terra ou um corretor que com ele se associava, não havendo, portanto, compra anterior da gleba. A sua estratégia de comercialização se orientava pelo objetivo de realizar rapidamente as primeiras vendas, oferecendo os lotes a baixo preço e a prestações compatíveis com a baixa capacidade de endividamento do comprador. E se o negócio fosse bem-sucedido, o loteador vendia os lotes restantes em condições mais favoráveis, por um preço superior e em prazo mais curto, em função da valorização proporcionada pelas primeiras ocupações (...)" (ibid., pp. 11-12).

- (5) Diversos planos e projetos focados na gestão do território foram empreendidos, destacam-se os Planos de Estruturação e Ordenamento Territorial de Brasília-PEOT de 1977, o POUSO e o POT da década de 1980.
- (6) Uma parcela da expansão demográfica pode ser creditada à transferência de funcionários públicos do Rio de Janeiro para nova capital. Outra parcela resultou da vinda de trabalhadores para a construção civil e de pequenos comerciantes e, ainda, do incremento vegetativo em ascendência – 139.762 nascidos no Distrito Federal entre 1960 e 1970 (Paviani, 1985, p. 60).
- (7) Tomamos emprestada a classificação demográfica do espaço proposta por Mendonça (2002). Para a autora, a associação entre crescimento populacional e saldo de mobilidade populacional resulta em uma classificação de áreas segundo a sua capacidade de retenção de população. A configuração proposta pela autora é a seguinte: áreas altamente expulsoras, áreas expulsoras, áreas altamente receptoras, áreas receptoras, áreas expulsoras para fora e áreas receptoras de fora (p. 121).
- (8) Entenda-se por PEA como a População Economicamente Ativa. Trata-se da parcela da População em Idade Economicamente Ativa – PIA que está ou ocupada ou desempregada. Para maiores detalhes ver Nota Técnica 01/2003 da Fundação Seade e Dieese.
- (9) Como tomada de decisão metodológica, optou-se por manter os dados relativos às pesquisas realizadas no ano 2000, base do estudo das categorias sócio-ocupacionais. Estudos recentes da PED-DF apontam crescimento da PEA e da ocupação, com ampliação do setor público, inclusive com incremento na diferença de rendimento com o setor privado (Dieese, 2009)
- (10) O grupo que apresenta a menor renda é o subproletariado, com cerca de 44,29% de sua população apropriando até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.
- (11) Observam-se alguns espaços em áreas mais periféricas que apresentam qualidades do tipo médio e médio superior, como é o caso do núcleo original de Sobradinho e Gama Centro. Contudo, mesmo a presença desses espaços, em nível metropolitano, não descaracteriza um espaço metropolitano organizado como um gradiente de tipos sociais em trajetória descendente a partir do centro principal.
- (12) Conforme aponta Vianna (2005), a autossegregação, enquanto segregação voluntária é, no Distrito Federal, um processo recente marcado pela ocupação de áreas lindeiras à EPCT, como é caso dos condomínios do Grande Colorado e do Jardim Botânico.
- (13) O setor de emprego é fator de diferenciação social e espacial determinante, dado que a remuneração bruta de um servidor público é 3 vezes maior que os trabalhadores não públicos.
- (14) Sob o aspecto das determinantes da segregação socioespacial nas regiões metropolitanas brasileiras, ver Morais e Cruz (2003).
- (15) As análises realizadas mostram que as ações de gestão do território constituíram diferenciados padrões de urbanização marcados pela “periferização institucionalizada” das populações de menor poder aquisitivo em cidades-satélites, no Distrito Federal, e a profusão de loteamentos em terras particulares nos municípios goianos do entorno goiano.

## Referências

- ALONSO, W. (1964). *Location and land use: toward a general theory of land rent*. Cambridge, Harvard University Press.
- BASSETT, K. e SHORT, J. R. (1980). *Housing and residential structure: alternative approaches*. Londres, Routledge & K Paul.
- CAMPOS, N. (1988). *A produção da segregação residencial em cidade planejada*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB.
- CIDADE, L. C. F. (1999). Planejamento, desconcentração e produção social do espaço no Distrito Federal. *Revista Espaço e Geografia*, v. 2, n. 1, pp. 57-65. Brasília, UnB.
- \_\_\_\_\_. (2003). "Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais". In: PAVIANI, A. e GOUVEA, L. A. de C. (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília, Editora da UnB.
- DA GUIA, G. A. (2004). *Entre a implosão e a explosão: a formação territorial do Aglomerado Urbano de Brasília*. Trabalho de Conclusão da Disciplina de Análise Espacial da Urbanização. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Políticas Territoriais, segregação e reprodução das desigualdades socioespaciais no Aglomerado Urbano de Brasília*. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília.
- DIEESE (2009). Indicadores de mercado de trabalho. Sistema pesquisa de emprego e desemprego. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/serve/serie.do?method=consultaSimples&codigo=296>. Acesso em 10 de dezembro de 2009.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação SEDUH (1986). *Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal: Documento de Referência*. Brasília, Codeplan.
- \_\_\_\_\_. Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (1977). *Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal: documento técnico*. Brasília, Codeplan/GDF.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Pesquisa Brasília e sua região polarizada*. Brasília, Codeplan/GDF.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento e Coordenação do Distrito Federal-Seplan-DF (2004). *Pesquisa Amostral Domiciliar do Distrito Federal-PDAD*. Brasília, Seplan.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1995). *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Atlas do Censo Demográfico 2000: resultados da amostra*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – Cempre 2006*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Regiões de Influência das Cidades – Regic 2007*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana*. Brasília, IPEA.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro*. Brasília, IPEA.

- LAGO, L. C. (2000). *Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Revan.
- MENDONÇA, J. (2002). *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- MIRAGAYA, J. (2000). evolução do mercado de trabalho no Distrito Federal. *Jornal dos Economistas do Corecon*, n. 7. Brasília.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente (2003). *Zoneamento Econômico e Ecológico da Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno Goiano*. Brasília.
- MORAIS, M. da P. e CRUZ, B. C. (2003). Residential Segregation and Social Exclusion in Brazilian Housing Markets. Texto para Discussão n. 947. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, DF.
- PAVIANI, A. (1985). “A metrópole terciária”. In: PAVIANI, A. (org.) *Brasília: ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto.
- PRETECEILLE, E. (2003). A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, n. 38. Salvador, UFBA.
- RIBEIRO, L. C. Q. (org.). (2000). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan.
- \_\_\_\_\_ (2004). Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. *Metrópoles: entre a fragmentação e a coesão, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro, Fundação Perseu Abramo/FASE.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (1994). Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão. *Observatório das Metrópoles*, Rio de Janeiro, pp. 10-15. Disponível em: <[http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/reestruturacao\\_cidades.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/reestruturacao_cidades.pdf)>. Acesso em 20 abr. 2005.
- \_\_\_\_\_ (2000). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. *Observatório das Metrópoles*, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/espaco\\_social\\_metropoles.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/espaco_social_metropoles.pdf)> Acesso em 20 abr. 2005.
- SEDUH – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (2004). *Gestão Estratégica no Distrito Federal*. Brasília, Seduh.
- SILVA, L. S. D. (1997). *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia, editora da UFG.
- VIANNA, R. J. (2005). *Novos santuários da segregação socioespacial: loteamentos fechados. O setor habitacional Jardim Botânico*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Brasília, UnB.

Texto recebido em 9/nov/2009  
Texto aprovado em 8/mar/2010